

Cinquentenário da Ditadura Militar

50 anos do Golpe...

Assim como a maioria das cidades, há meio século o clima em Piracicaba era de medo.

MARCELO ROCHA

Da Gazeta de Piracicaba
marcelo.rocha@gazetadepiracicaba.com.br

Nesta segunda-feira, o golpe de 1964 completa 50 anos. Em 31 de março daquele ano, em meio a um caótico cenário sócio, político e econômico, os militares assumiram o controle do Brasil. Desamparado e sem apoio, o então presidente João Goulart ainda percorreu algumas capitais na tentativa de reunir forças que lhe seriam leais. Sem êxito, foi deposto no dia seguinte. Logo se exilou no Uruguai, de onde retornou apenas em 1976, para ser sepultado. O período que se seguiu – a ditadura militar (1964-1985) – deixou marcas profundas na sociedade, acobertou crimes hediondos, sufocou direitos humanos e políticos, instituiu a censura e outras máculas. Há meio século, inevitavelmente Piracicaba também ingressou na era do medo, do patrulhamento ideológico e das prisões arbitrárias.

Há mais de 20 anos pesquisando e revirando os arquivos da ditadura, a jornalista Beatriz Vicentini é categórica ao afirmar que “a cidade é refratária quanto ao tema”. “Piracicaba não gosta de falar sobre 1964, as pessoas não ficam à vontade, há grandes restrições”, afirma a estudiosa, especialista em regimes ditatoriais pelo mundo afora.

Logo após 31 de março, em Piracicaba, que à época tinha aproximadamente 120 mil habitantes e era governada por Luciano Guidotti, não há nenhuma voz contrária ao Golpe, frisa a pesquisadora. “Piracicaba festejou e bateu palma para os militares, assim como boa parte do país. O problema é que passado algum tempo, a cidade começa a dizer que não aconteceu nada em 64”, diz.

Mas aconteceu, sim. O jovem estudante de agronomia Rodolfo Hoffmann, por exemplo, foi tirado da sala de aula na Esalq (Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz), encaminhado e encarcerado na delegacia de polícia porque era simpático de ideias socialistas e possuía alguns livros tidos “subversivos” (veja matéria ao lado). “O diretor da Esalq pediu para o bedel me chamar e me entregou em mãos. E não havia nenhum mandado judicial”, afirma Hoffmann, que ficou preso por 50 dias.

Já o padre Otto Dana, liderança religiosa em Piracicaba naqueles instáveis anos 60, tinha seus sermões na catedral gravados e enviados à matriz, o temido DOPS (Departamento de Ordem Política e Social). “Entre 1967 e 1968, os meus sermões na catedral eram todos gravados. Eu tinha duas missas irradiadas pelas rádios, uma no sábado e outra no domingo. Uma vez visitei uma rádio e havia prateleiras enormes com tudo gravado”, recorda o religioso, hoje aos 75 anos e vigário-paroquial da igreja Sant’Ana, em Rio Claro. “Os

TORTURA

Estudante morto no DOI-CODI

Aos 28 anos, Hiroaki Torigoi era um estudante da Faculdade de Ciências Médicas de São Paulo e um dirigente do Movimento de Libertação Popular (MOLIPO). Em 5 de janeiro de 1972, após ser baleado e preso por agentes da ditadura no bairro de Santa Cecília, em São Paulo, foi levado para as câmaras de tortura do DOI/CODI-SP, o temido órgão de repressão. Lá foi torturado numa cama de campanha, onde foi espancado e recebeu choques elétricos. No dia, presos políticos que estavam no local disseram que o jovem foi arrastado pelo pátio interno enquanto sangrava abundantemente. Em nota oficial, o governo classificou o episódio como outra morte de um “terrorista”. Sob o nome falso de Massahiro Nakamura, foi enterrado em 7 de janeiro daquele ano, no Cemitério de Perus (SP). No dia 20, Shunhiti Torigoi – então um estudante da Esalq –, reconhece o irmão morto por meio de foto, no DOPS, com oito tiros no corpo. Natural de Lins, a família Torigoi, o irmão e os pais, desde então iniciam uma busca desesperada para identificar o corpo do estudante. Nos anos 90, uma série de exumações em Perus reacendeu a esperança de localizar os restos mortais de Hiroaki. Contudo, até o presente momento sua ossada não foi encontrada. O último encontro dos irmãos Torigoi aconteceu em dezembro de 1971. Shunhiti Torigoi é um empresário que vive em Piracicaba.

sermões eram o veículo de difusão das mensagens de resistência. A gente fazia uma leitura política do evangelho. Puxávamos para o lado da repressão, da tortura, dos direitos políticos”, reconhece. Enquanto era seminarista, entre 1964 e 1965, o padre Otto dava aulas de história na Escola Sud Mennucci. Naqueles idos, ele revela, havia uma aluna que frequentava suas aulas para monitorá-lo. “Fiquei sabendo disso mais tarde, porque a própria aluna delatou-me contou. Depois que eu virei padre, um dia ela foi à catedral para pedir perdão, porque era um dessas alunas profissionais infiltradas que o governo colocava lá, para observar e anotar o conteúdo das aulas. Essa aluna me entregou para o doutor Cella, delegado de polícia da cidade. Fiquei umas duas horas depondo”, afirma o religioso, que foi o pároco da catedral durante 35 anos (de 1967 até 2002). “Nunca fui preso, mas sempre fui suspeito”, diz o padre,



Beatriz Vicentini: “Piracicaba festejou e bateu palma para os militares, assim como boa parte do país”



Gustavo Alvim relembra que o vestibular da Unimep estava marcado para o dia 1º de abril e foi realizado

que na época escondeu os livros de Marx e outras obras “suspeitas” em um sótão na casa de uma família em Rio Claro. “E também hospedei vários padres de esquerda que estavam fugindo do regime, perseguidos pelo DOPS”, acrescenta. **VESTIBULAR** Há cinquenta anos, quando estourou o Golpe, o atual reitor da Unimep – o professor Gustavo Jacques Dias Alvim – era o primeiro diretor da Faculdade de Ciências Econômicas, Contábeis e Administração de Empresas Piracicabano (que depois virou a Unimep), que funcionava no mesmo prédio do Centro Cultural Martha Watts. Ele relembra uma coincidência histórica. “O vestibular estava marcado para o dia 1º de abril, que era um sábado. Então, ficou a dúvida: faz-se o vestibular ou não? Porque havia muitos rumores, por exemplo de tropas de Campinas chegando aqui na cidade, de que os postos de gasolina estavam fe-

chados e não haveria mais combustível. Nos reunimos com os professores e decidimos não vamos desmarcar o vestibular, mas sim aguardar. No dia, todos os alunos vieram e o vestibular pode ser feito”, relata. **ALINHAMENTO** O jornalista Cecílio Elias Neto, 73, diretor do jornal eletrônico A Província, diz que “é uma farsa dizer que Piracicaba reagiu ao Golpe”. “Quando aconteceu o Golpe de 1964, a cidade era absolutamente contra Jango. O povo queria o Exército, queria ordem. Os políticos do Brasil estavam desmoralizados”, declara. E a imprensa piracicabana, diz o jornalista, foi “complacente com o Golpe”. “Os jornais apoiaram, assim como a população. A imprensa de Piracicaba não pode se orgulhar disso, pois se logrou com aquilo”, critica. Aos 23 anos, na época Neto dirigia a Folha de Piracicaba, o “único veículo de oposição” ao regime, confor-

me suas palavras. “Fui preso umas dezenas de vezes, para depoimentos ou detenções mesmo. Fui preso em Piracicaba, no DOPS (na capital) e no Gecam (Grupamento do Exército em Campinas)”, lista Neto. “Também fiquei preso um ano e meio em regime domiciliar, em 1979. Fui anistiado em março do ano passado, o Estado finalmente me pediu desculpas”, acrescenta. De acordo com Neto, no período da repressão houve 46 processos contra ele, movidos por advogados, promotores e políticos. Beatriz comenta que logo após o Golpe o delegado do DOPS na cidade, Adir da Costa Romano, publicou nos jornais da cidade um comunicado pedindo que a população ficasse tranquila, pois as forças policiais estavam tomando todas as providências possíveis para garantir a ordem. “Depois disso, a cadeia encheu, a ponto de presos serem enviados para cadeias em Itirapina, Brotas e outras cidades”, afirma.

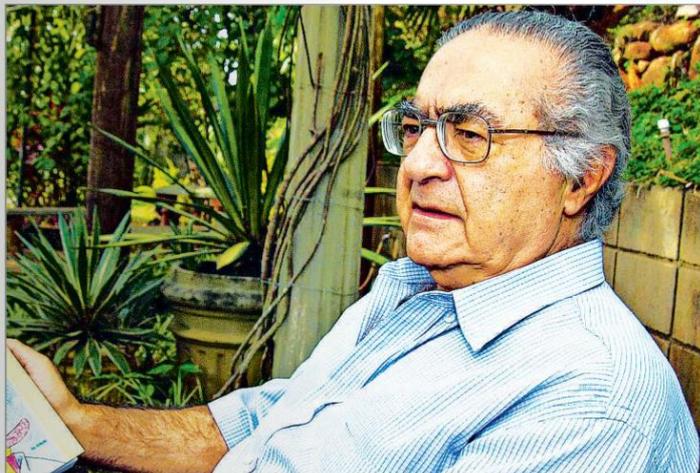
Fotos: Del Rodrigues

... um tema incômodo

Era uma época de turbulência e convivência com o regime militar que assumira o poder



Padre Otto Dana: "Foi uma época de turbulência sufocada. Todo mundo sentia medo, era difícil mobilizar o povo"



Cecílio Elias Neto: "Fui preso umas dezenas de vezes, para depoimentos ou detenções mesmo"

O padre Otto resalta o clima de medo que permeava a sociedade. "Foi uma época de turbulência sufocada. Todo mundo sentia medo, era difícil mobilizar o povo, por exemplo, para fazer uma novena. Todo grupo que se reunisse podia ser surpreendido por uma visita surpresa".

Em 1964, até a tradicional passeata dos "bixos" da Esalq – que existe desde os anos 40 – não foi realizada. O próprio Centro Acadêmico cancelou o evento por considerar que o clima era perigoso.

É no meio esalqueano, ressalta Beatriz, havia um grupo paralelo ao Centro Acadêmico denominado Frente Democrática de Alunos Luiz de Queiroz (Frealq), que combatia as ideias comunistas. "Na primeira semana de abril eles promoveram reuniões na praça José Bonifácio e trouxeram conferencistas para falar mal do comunismo", conta.

Já a Marcha da Família Com Deus Pela Liberdade – série de protestos públicos contra a ameaça comunista de Jango –, em Pira-

cicaba aconteceu 15 dias depois do Golpe Militar. "Mas quando ocorreu em São Paulo (dia 19 de março) a prefeitura pagou ônibus para as pessoas irem daqui até a capital", comenta a pesquisadora.

Segundo Beatriz, o Legislativo também silenciou-se. "Depois do Golpe, tem a primeira sessão, a segunda, a terceira e eles (vereadores) continuam falando de burocracias, problemas de conta de luz e outras coisas. A primeira menção da Câmara de Vereadores sobre o Golpe demora uns 15 dias", comenta. "Ou eles tinham medo ou havia um outro problema. Depois, soltam um comunicado dizendo que tomaram conhecimento da situação, que iriam aguardar o desenrolar dos acontecimentos e que apoiavam a iniciativa dos militares".

VIRADA

Para Beatriz, o processo de redemocratização de Piracicaba é efetivamente desencadeado quando despontam na cidade personagens como o professor Elias Boaventura (ex-reitor da Unimep) e o

ex-prefeito João Herrmann Neto, que governou entre 1977 e 1982. "Eles foram vozes dissonantes ao regime", concorda Cecílio Elias Neto. "Mas isso foi numa fase seguinte, já depois dos anos 70, quando Piracicaba começa a reagir contra o Golpe, quando ela começa a botar a cabeça para fora", acrescenta Beatriz, que assinando reportagens sobre a ditadura já recebeu três menções honrosas, duas do Prêmio Vladimir Herzog e uma do Prêmio Esso.

"Embora o país ainda não tivesse espaços democráticos, nas décadas de 70 e 80 Piracicaba passa a abrir esses espaços. O município, então, recebe prefeitos de oposição e sedia encontros em prol da Anistia, o Congresso da UNE (União Nacional dos Estudantes), a Semana Pró-Reatamento das Relações Brasil-Cuba, o Movimento dos Sem-Terra e outros", relaciona. E no meio desse turbulento processo de abertura democrática que surge o Salão Internacional de Humor de Piracicaba, em 1974. "Piracicaba ganha um status nacional com todos esses eventos. É uma coisa curiosa".

SUBVERSIVO

Esalqueano fica 50 dias preso

Parecia ser uma aula comum na Esalq. De repente, um bedel anuncia que o diretor da universidade deseja ver o aluno de agronomia Rodolfo Hoffmann, 21, em seu gabinete. Quando entrou na sala do então diretor Hugo de Almeida Leme, a polícia estava lá, pronta para prendê-lo. Foi conduzido à conhecida "cadeinha", que funcionava na rua São José, com a roupa do corpo. Lá permaneceu por 50 dias. "Fui preso porque o meu nome estava numa listinha que o delegado recebeu".

A prisão foi mais ou menos uma semana depois do Golpe, calcula Hoffmann, que ingressou na Esalq em 1961 e concluiu seu curso em 1965. Mais tarde, ele lecionou por 30 anos na Esalq (de 1966 a 1996). E hoje ele é professor sênior da instituição. "Eu era conhecido como um estudante subversivo, falava abertamente que era simpatizante ao regime socialista, tinha convicção total de que o socialismo era mais eficiente do que o capitalismo", conta o educador. Sua fama adivinha, por exemplo, do fato de haver participado de um congresso latino-americano de estudantes de agronomia no Rio de Janeiro. "Dois cubanos foram as estrelas desse encontro e, mais tarde, eu os convidei para virem fazer uma palestra aqui no Centro Acadêmico da Esalq, em 1963", recorda Hoffmann, que depois visitou a ilha governada por Fidel Castro.

No dia da prisão, a polícia foi ao seu alojamento – na Casa do

Estudante, que dividia com o colega Shunhiti Torigoi (veja matéria na pág. 14) – e apreendeu alguns de seus livros. "Perdi uns 30 livros que nunca mais foram devolvidos. No meio havia um dicionário de japonês, do Torigoi, que eles arrolaram como prova de uma suposta subversão, talvez achando que fosse um livro chinês", comenta. "Mas na prisão nunca fui torturado".

Hoffmann relembra os companheiros de cela. "Um era um sujeito simpático chamado Capixaba, que tinha tentado roubar um banco em Piracicaba. Depois do assalto ele foi tomar um ônibus na rodoviária e foi preso. Também tinha um ladrão de galinha, outro que havia dado uns tiros para cima na Vila Rezende, um maconheiro e um outro que era mais mal-humorado", lista. Lembra que eles me perguntaram por qual razão eu havia sido preso. Eu dizia: "Porque eu tenho umas ideias aí...". respondi. "Ah, vá!", eles respondiam desacreditando", conta. Até onde se sabe, Hoffmann foi o único esalqueano preso pelo regime. "Nem todos os estudantes são subversivos, não!", conta o professor, lembrando o episódio de um "bixo" que desembarcou vindo da capital e que foi pego por veteranos com documentos e panfletos alusivos ao PC do B. "Os próprios estudantes do CA entregaram esses documentos às autoridades competentes, o DOPS". Quando solto, Hoffmann respondeu o chamado IPM (Inquérito Policial Militar) e foi absolvido.



Rodolfo Hoffmann: "Eu era conhecido como um estudante subversivo"

PEQUISA

Livro independente sai em maio

"Piracicaba, 1964 - o golpe militar no interior", obra produzida por Beatriz Vicentini e uma equipe de pesquisadores, jornalistas e interessados no tema – que começou a ser produzida em agosto de 2013 – deve ser lançada em maio, de forma independente. O livro terá cerca de 400 páginas e trará imagens da época. A capa será assinada por Domênico Massareto. Inicialmente, havia um acordo entre os autores e o Instituto Histórico e Geográfico de Piracicaba (IHGP), para que a instituição lançasse a publicação sob sua chancela. Contudo, diz

Beatriz, em fevereiro a entidade decidiu não mais publicar a coletânea, sem dar justificativas. Segundo a pesquisadora, o livro já estava finalizado em termos gráficos e editoriais – e inclusive com o ISBN concedido ao próprio IHGP que o solicitara –, pronto para ser impresso. Agora os autores criaram um endereço eletrônico para arrecadar R\$ 12 mil, valor que cobrirá a impressão, a postagem e o custo do site de financiamento coletivo. O link para as doações é o <http://www.kickante.com.br/campanhas/piracicaba-nos-tempos-da-ditadura-0>